



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

BRASILEIROS POR OPÇÃO: ALGUMAS PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE O ACRE E O RIO GRANDE DO SUL

JOSÉ SÁVIO DA COSTA MAIA¹

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BRASILEIROS POR OPÇÃO

No contexto da História do Brasil, em que pesem os lapsos temporais que separam a formação dos Estados do Rio Grande do Sul (séc. XVII) e do Acre (séc. XIX), no que diz respeito à ocupação das terras por populações não índias, os processos seguiram modelos parecidos, ou seja, as terras não pertenciam a Portugal, no caso do primeiro, bem como não pertenciam ao Brasil, no caso do segundo, mas foram paulatinamente sendo ocupadas por segmentos de suas populações, seguindo a lógica da expansão fronteiriça, a ambição por terras e a exploração de produtos que permitissem a obtenção de lucros fáceis a partir de recursos naturais existentes.

Faz mister salientar que no caso do que hoje conhecemos como Rio Grande do Sul houve orientação expressa dos governos de Portugal para “ocupação” das terras, haja vista o interesse expansionista da Coroa Portuguesa. Já no caso do Acre, tanto o Império, quanto à República figuram como equidistantes do processo, aparecendo mesmo a República como reconhecadora da soberania boliviana sobre a região (SOUZA, 1995, p. 154). Porém, as idéias de conquista, pioneirismo, aventureirismo, colonização, enriquecimento e exploração, além do argumento do *uti possidetis* influíam nas mentes e corações dos que, para além dos Impérios ou Nações, buscavam oportunidades de “fazer-se na América”, ou seja, a realização de negócios lucrativos.

¹ Professor do CFCH – UFAC. Doutor em História pela UFRGS. E-mail: saviomaia@gmail.com



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Nos dois casos, por tratar-se de áreas fronteiriças, houve mobilização de tropas armadas e combates contra povos de outras nacionalidades, características que vão ao longo do tempo permitir a construção de traços peculiares ou diferenciadores dessas duas populações em relação aos outros estados da federação. Esse aspecto tornou comum aos líderes políticos e/ou componentes das elites em cada estado, argüirem a existência de elementos que compõem singularidades demarcatórias de identidades em relação aos outros Estados que completam nosso quadro federativo.

As características fronteiriças, o “isolamento” geográfico do que se considera o centro do país, a integração tardia e os tipos que caracterizam as suas populações (o gaúcho e o seringueiro), sendo apresentados como diferenciados ou mesmo assimétricos com relação aos dos outros estados, são recorrentes nos discursos de políticos e/ou elites locais nas relações estabelecidas com a República.

Compreender esse complexo quadro de reações e relações que fluxionam entre as categorias sociais distintas nesses dois espaços, não constitui tarefa muito simples, haja vista que o “orgulho de ser gaúcho” e o “orgulho de ser acreano”, apresentam raízes relativamente profundas, adubadas por suas bandeiras, seus hinos e seus heróis, como representações garantidoras de suas bravuras, de seus modos de agir, de pensar e de se comportar perante os valores que os consagraram como “optantes” pela nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que podem funcionar como representação de inferioridade, desfavorecimento, ou mesmo de exclusão política, econômica e social, perante o restante do País.

Verificar como essas características identitárias, que na maioria das vezes, estão associadas a interesses político-econômico de governantes e elites podem ser também apreendidas pelas camadas menos favorecidas é a tarefa e o desafio aqui vicejados, embora saibamos que elas também podem ser pistas para entender uma certa perenidade na defesa desses símbolos pelos mais variados segmentos dessas elites locais.

Tentar-se-á, portanto, a partir de breve incursão na formação desses dois Estados, nos seus tipos, símbolos e nas letras dos seus Hinos, buscar melhor



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

posicionamento para comentar as peculiaridades desses filhos “optantes” de nossa “Mãe gentil” e “Pátria Amada, Brasil”, trechos do Hino Nacional, também cantados com fervor tanto na República Farroupilha como no Império de Galvez².

II - ALGUNS ANTECEDENTES QUE CONTRIBUEM PARA A CONSTRUÇÃO DAS PARTICULARIDADES DO ACREANO

Até o início do século XX, o espaço geográfico que hoje se conhece como Estado do Acre era território pertencente à Bolívia e ao Peru. Desde 1870, no entanto, a maioria da população que ocupava a área já era formada por brasileiros que exploravam as “drogas do sertão” e logo depois, mais especificamente, os seringais para exploração do látex. No início da ocupação a característica era o nomadismo, condicionado pela atividade predatória de extração do látex e das outras espécies vegetais que interessavam a economia colonial. Porém com a importância destacada do látex na indústria européia e depois estadunidense, houve a necessidade de ocupação permanente, o que propiciou a formação de latifúndios (seringais), divididos comumente por obstáculos naturais, como rios, igarapés ou alguma elevação e sem medições precisas de fundo, já que era praticamente impossível realizá-las nas condições hoje conhecidas.

A ganância dos brasileiros pela ocupação daquelas áreas era estritamente comercial, já que os estudos dos franceses Charles Marie de la Condamine e François Fresnau, no final do século XVIII e, logo depois a descoberta do processo de vulcanização por Thomas Hancock, na Inglaterra e Charles Goodyear, nos Estados Unidos em 1844, tinham apontado a borracha como material de grande

² “Em 1895 foi nomeada uma comissão demarcatória encarregada de definir os limites entre o Brasil e a Bolívia de acordo com o estabelecido no Tratado de Ayacucho, de 1867. O chefe da delegação brasileira, o coronel Thaumaturgo de Azevedo, ao constatar a latitude da nascente do Javari, ponto inicial da linha divisória entre os dois países, percebeu que ficaria com a Bolívia uma região rica em látex, quase totalmente ocupada por brasileiros. Thaumaturgo de Azevedo denunciou ao governo federal o prejuízo daí decorrente, já que o Brasil perderia o alto Rio Acre, quase todo o laco e o alto Purus. Infelizmente o ministro brasileiro não aceitou os argumentos do coronel, que contrariado demitiu-se e denunciou o grave erro da diplomacia brasileira na imprensa, dando origem a uma intensa polêmica que mobilizou a opinião pública nacional”. In. Revista Galvez, publicada pela Sec. de Cultura do Gov. do Estado do Acre – modelo online. Pesquisa realizada em 14/7/2005.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

importância para a indústria (SANTOS, 1980. p. 43-45). Com a crescente demanda do produto para exportação e os impactos causados na balança comercial do Brasil, chegando a mais de quarenta por cento das exportações totais do País, os brasileiros que ocupavam a região criaram na prática um território independente e exigiram sua anexação ao Brasil.

Em 1899, os bolivianos começam a recolher imposto e fundaram Puerto Alonso (hoje Porto Acre) na tentativa de assegurar o domínio da área. Os brasileiros que viviam na região se revoltaram, organizaram milícias e deflagraram lutas contra os bolivianos. Os conflitos só terminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17/11/1903. Por esse tratado, o Brasil recebeu da Bolívia a posse definitiva da região em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento de dois milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que favoreceria o acesso, os transportes e exportações bolivianas na sua área amazônica.

Integrado ao Brasil como território, o Acre foi subdividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, este último desmembrado em 1912 para formar o Alto Tarauacá. Tendo sido unificado em 1920, passou a eleger representantes para o Congresso Nacional a partir de 1934. Em 15/06/1962, o presidente João Goulart sancionou a lei que eleva o território à categoria de Estado (TOCANTINS, 1979).

Esses episódios apresentados de forma rápida desfocam uma série de outras situações que foram se desenrolando ao longo dos anos para criar a condição de filho optante da nação brasileira. A guerra movida contra os bolivianos, que é denominada em nossa historiografia como "Revolução Acreana" e que teria sido um movimento espontâneo dos seringalistas e seringueiros contra as "intromissões" do governo boliviano, encobre um jogo de interesses que vai além da simples apropriação territorial e da isenção do governo brasileiro na disputa.

Os investimentos estrangeiros, principalmente ingleses, belgas e estadunidenses, a proposta feita por grupos bolivianos e anglo-americanos para organização do Bolivian Sydicate, uma espécie de consórcio que permitiria a



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Outro aspecto diz respeito às classes dominantes envolvidas diretamente no conflito, pois primeiro criticavam a ausência do Governo Central assumindo o comando das ações em sua defesa, ao mesmo tempo, queriam manter autonomia decisória, já que a ordem estabelecida lhes favorecia. É nesse sentido que formava-se um quadro complexo, pois mesmo que houvesse interesses nos revoltosos em manter um caráter de autonomia no movimento, os fatos posteriores como a necessidade de controlar propriedades e conter as reivindicações das classes subalternas, foram mostrando a necessidade de organização que ultrapassava qualquer modelo espontaneísta utilizado durante os conflitos e a ocupação anterior. Os próprios líderes dos “revoltosos” começavam a expressar posições divergentes, o que levou a formação de alianças, traições e urdiduras que culminaram no assassinato de vários deles, dentre os quais o próprio Plácido de Castro, considerado o maior líder da guerra contra os bolivianos e que figura hoje no panteão dos heróis brasileiros.

O ambiente formador do atual Estado do Acre, portanto, apresenta traços plurais no que tangencia suas relações político-institucionais. Como identificar a presença de uma sociedade civil interagindo com o Estado, se as organizações que participaram das escaramuças tinham lideranças que provinham de orientações militares e, mesmo que precariamente, agiam como tal, convivendo com outros “exércitos” liderados por seringalistas que mais se assemelhavam com os caudilhos rioplatenses?

É possível perceber que não havia uma separação Estado/sociedade civil, que caracterizasse a “modernidade” nas relações estabelecidas naquele espaço, nem no momento da ocupação e nem mesmo depois da tomada do território. Nesse caso a entrada em cena da Diplomacia da República opera pelo alto⁴ uma arquitetura modeladora para ordenar o caos estabelecido.

Essa operação pelo alto realizada pela República, configurada no Tratado de Petrópolis (1903) e o estabelecimento do Território Federal do Acre, com nomeação

⁴ “Pelo alto”, é uma expressão usada no sentido de que não houve ruptura entre “atraso” e “moderno”, cabendo ao Estado a direção política do processo. Coutinho (1988: 112, 114).



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

de seus governantes (intendentes/prefeitos), direto pelo Governo Central é que gerará um re-direcionamento no pensar e no agir das chamadas lideranças locais. O diálogo com o Poder Central passa a ser mediado pela postura da recusa a ser comandado, pois o valor da conquista foi mérito dos audazes que empunharam armas. Inicia-se o processo de construção dos arquétipos de valentes seringueiros, de defensores de seus direitos e de suas propriedades, de homens bravos e destemidos que mesmo sem o apoio desse Governo Central conseguiu derrotar um exército inimigo. Como diz parte do Hino Acreano⁵:

Possuímos um bem conquistado
Nobremente com armas na mão
Se o afrontarem, de cada soldado
Surgirá de repente um leão.

A idealização do herói, do vencedor, do estrategista, e a disposição para lutar é amplamente reforçada neste outro verso:

Mas se audaz estrangeiro algum dia
Nossos brios de novo ofender
Lutaremos com a mesma energia
Sem recuar, sem cair, sem temer
E ergueremos, então, destas zonas
Um tal canto vibrante e viril
Que será como a voz do Amazonas
Ecoando por todo o Brasil

Em versos que falam de liberdade, de guerra, de sangue, de família, de heróis, há a expressão de um modelo de vida que foi sendo construído (inventado), da forma autônoma, diferente, onde a bandeira tem como destaque uma estrela vermelha, “tinta no sangue de heróis” e ao cantar o triunfo diz que “O Brasil a exultar acompanha”, isto é, não lutou, apenas acompanha os passos dos vitoriosos, indicando a idéia de autonomia e a predisposição de se manter vigilante.

Não há como afirmar que essa disposição de luta, de vigília, também é contra ou em relação ao Brasil, mas também não há como negar que a condição de Território ao invés de um Estado da Federação, causou incômodo a muitos dos

⁵ O Hino Acreano tem letra do médico Francisco Mangabeira e música de Mozart Donizetti, e foi composto em 05/10/1903, ou seja, bem no momento da “Revolução Acreana”, talvez por isso conserve um caráter belicoso e apresenta orientações para uma certa “organização social”.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

líderes da “Revolução Acreana”, que por duas vezes já haviam criado o Estado Independente do Acre: A primeira com o jornalista espanhol Luiz Galvez em 1899 e a segunda com o militar gaúcho José Plácido de Castro em 1903.

Outro fato notório nessas relações político-institucionais é o que diz respeito aos seringueiros propriamente ditos. Eles participaram ativamente das escaramuças, mas sempre em condição de recrutados e liderados por seus patrões (seringalistas), que recebiam a patente de capitães e estavam ligados aos superiores militares não possuidores de terras. Sabe-se que o primeiro manifesto contra a presença dos bolivianos na região foi assinado por sessenta proprietários de seringais (seringalistas) e que no decorrer das escaramuças esse número cresceu, sem contudo haver números precisos de quantos seringalistas se alistaram ao lado dos militares e/ou mercenários enviados pelo governo do Amazonas para a contenda. Porém, os registros de participação popular apontam para ações subalternas e no caso das mulheres, que naquela época eram bem poucas na região, apenas uma ganhou destaque de heroína por comandar uma patrulha, é o caso da esposa de um seringalista morto em combate, que queria vingar a morte do marido (TOCANTINS, 1979)

Efetivamente, a adesão de seringueiros à causa revoltosa não se dava por simpatia aos patrões, muito pelo contrário, segundo Moreno⁶, um dos méritos de Plácido de Castro, que não era seringalista, foi exatamente o de pensar além do episódio da guerra em si. Ele elaborou idéias para o pós-guerra, onde previa uma certa re-organização da estrutura social e produtiva da região, prevendo inclusive a distribuição de terras entre os seringueiros. Esse fato contribuiu para a arregimentação, mas também para dar início aos conflitos de interesses entre os diversos níveis de proprietários que viam com preocupação a possibilidade de perder suas propriedades e por consequência a mão-de-obra tão escassa nas áreas de seringais.

⁶ MORENO, Agnaldo. Entrevista concedida a Revista Galvez. Sec. de Cultura do Estado do Acre. Modelo online, pesquisa realizada em 14/07/2005.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

O estrategista Plácido de Castro percebeu que a mobilização de homens, não se daria por amor à Pátria ou ao Estado independente pretendido por alguns. A arregimentação de braços para manejar as espingardas e os rifles necessitava de outros atrativos e ele logo entendeu que a estrutura social montada pelos seringalistas não contribuía para o engajamento, já que as impossibilidades de ascensão social estavam totalmente engessadas pelos mecanismos da dívida e do aviamento. Assim como as promessas de alforria para os negros na Guerra do Paraguai, as promessas de distribuição de terras e libertação das dívidas funcionaram como incentivo para o fortalecimento das hostes placidianas.

Pode-se fixar, portanto, nesse contexto, duas variantes que imprimem certa diferença do acreano com relação aos outros brasileiros. Uma, o fato de ter ajudado a construir uma situação jurídica e geopolítica diferente para aquela parte do território e, outra, a ação de muitos seringueiros aspirando à desmontagem de uma ordem estabelecida que os mantinham aprisionados às regras draconianas impostas pelos seringalistas.

Essas duas vertentes que compeliem para a guerra seringalistas e seringueiros eram insolvíveis no jogo de interesses das disputas estabelecidas pelo regime engendrado para a extração do látex e as relações comerciais daí derivadas. Vencido o entrave boliviano, outra modelagem havia de ser montada. Nesse sentido, o ordenamento político pensado pelas elites dirigentes precisava ser adequado para a manutenção da ordem, iniciando outro campo de disputas, agora pela apropriação do poder inserto pela incorporação ao Brasil.

O episódio da guerra movimenta agentes que na estrutura do aviamento estavam engessados, como é o caso dos seringueiros, apresenta outros, como os militares que não estavam presentes anteriormente e introduz os funcionários públicos, implicando a re-ordenação da composição do poder. Essa nova situação vai propiciar no decorrer das disputas a re-acomodação de forças e a elaboração de uma nova maneira de apresentar o acreano como portador de valores que foram fusionados no curso do processo emancipatório.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

A autonomia, a liberdade, a “nobreza, a constância e o valor” como diz uma estrofe do Hino Acreano, são cotejadas como características inatas. Então, o acreano que é diferente, que ocupa espaços diferentes tanto na estrutura econômica quanto na político-social, é apresentado como homogêneo, pertencente e incluído pelo menos ideologicamente, nas formulações dos que pleiteiam a cristalização de uma identidade imaginada.

A identidade passa, então, a ser usada como arma para conseguir espaços e posições na nova estrutura administrativa do, naquele momento, Território Federal. Os “vencedores” militares e seringalistas reivindicando para si o direito de exercer o poder sobre os vencidos, os seringueiros (esqueçamos os bolivianos), seriam os bolivianos os inimigos? Os donos dos seringais passam a disputar a manutenção do poder com os militares que queriam também ser proprietários e, principalmente com os novos dirigentes políticos, enviados pelo poder central para preencher os cargos criados pela nova estrutura política do ente jurídico Território Federal.

Desse modo, a ocupação do espaço territorial boliviano, a “Revolução Acreana”, e seu re-ordenamento jurídico com a incorporação ao Brasil produz significativas modificações no ente político, sem afetar diretamente a estrutura econômica, mas implicando maior divisão do poder dos seringalistas que, até então, só interagiam de forma subordinada com os financiadores e as casas aviadoras e exportadoras.

É nesse sentido que há o fortalecimento de uma idéia de que os seringalistas e os seringueiros agiam de forma coordenada, os líderes dispostos a liderar e os subordinados dispostos a colaborar, inventando a noção de que havia causas nobres que venciam preconceitos e uniam os interesses diversos e conflitantes. Em suma, um povo que não podia ter seus brios (seus interesses) ofendidos, pois a reação seria uníssona, já que são: “Invencíveis e grandes na guerra”.

III - ALGUNS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS PARTICULARIDADES DO GAUCHO



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

chimarrão na mesma cuia com o peão, comanda tropas, trabalha na vaquejada também montado como aquele e que abraça, no dizer de Simões Lopes Neto, uma característica de trabalho prazeroso, composto por um fazer natural, a lida campeira (1996, p. 49):

Tudo era aberto; as estâncias pegavam uma nas outras sem cercas nem tapumes; as divisas de cada uma estava escrita nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedras nas linhas e isso mesmo quando aparecia algum piloto que fosse entendido do ofício e viesse bem apadrinhado.

Ou seja, eram um conjunto que se mantinha porque havia uma aceitação coletiva: “Tudo era aberto”. Contudo, essa visão já carrega uma certa idealização. A apresentação de um homem que tinha o céu como seu teto, e seu rumo era traçado pelo destino, só pode ser aplicado a parcelas reduzidas daquela população e a períodos também distintos, o que torna intrigante a perenidade, a permanência da figura do homem a cavalo e a mistificação que o acompanha, pois há que se notar a incongruência do estilo de vida solitário do vaqueano com a forma de vida sedentária das estâncias, pois já vai bem distante o tempo das vaquejadas nas campanhas do período inicial da ocupação da região.

Outro aspecto idealizado é a abertura que se dizia haver da terra. Uma idealização que fatalmente contrastaria com a realidade das cercas, dos títulos, das próprias patentes militares adquiridas nas várias guerras em que estiveram envolvidos esses agentes, que resultavam na maioria das vezes, na apropriação de um botim. Essa hierarquização social não permite uma aceitação tranqüila da igualdade professada. Isto é, homens de negócios, estancieiros, militares, comerciantes, charqueadores, peões todos reunidos numa convivência pacífica, é praticamente inimaginável em qualquer tempo, pois está patente que onde as disputas comandam as ações e as relações de comércio, produção, administração e distribuição, tanto do poder como dos bens de uso e consumo se caracterizam pela competição, nem sempre há ética e respeito de valores morais, que tenham fluxo contínuo e inverso entre as hierarquias estabelecidas.



x Simpósio Linguagens e Identidades da / na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Porém, mais chamativo é a noção de cordialidade, honra e virtuosidade do gaúcho, como na letra do Hino do Rio Grande do Sul:

Mas não basta ser livre
ser forte, aguerrido e bravo
o povo que não tem virtude,
acaba por ser escravo.

A quem se dirige o clamor à virtude? Será uma mensagem aos grandes estancieiros para que tratem os negros, índios e mulheres como iguais, que respeitem os limites e propriedades dos outros? Ou será uma exortação à vigília contra o Império brasileiro, no sentido de manter a autonomia dos estancieiros, comerciantes, charqueadores, coureiros, etc., alertando para a manutenção do ordenamento tradicional, que vinha dando certo para esses setores?

Não se tem notícia no Rio Grande do Sul, de movimentos estritamente de negros e índios organizando manifestos pró ou contra Império ou República, discutindo emancipação política e autonomia na forma de um Estado independente, República rio-grandense, ou qualquer configuração similar onde estivesse intuída uma ampla frente compondo toda as categorias que interagiam no espaço da campanha. Participaram, mas de forma subalterna, liderados e, podemos até dizer, vigiados. Os movimentos de negros e índios sempre tiveram outra direção, distanciar-se dos “brancos”.

Esse papel coube, fundamentalmente, aos grandes proprietários e membros da elite local. E mais, sua construção obedecia a elementos de manutenção e ampliação de negócios e distribuição e manutenção de poder, numa relação criativa e pseudo-inclusiva, onde a partir de dentro se projetava a imagem idealizada de um destino comum. Segundo Pesavento (1995, p.118):

Concentrando em si os atributos positivos da região e do seu povo – coragem, caráter indômito, defensor da fronteira -, a imagem identitária é trabalhada no sentido de homogeneizar a sociedade. A visualização é a de um homem simples do pampa, mas seu fim manifesto é a socializar-se para todos os habitantes do Sul, oferecendo uma imagem gratificante e com alto poder coesivo. Não se falam em diferenças sociais dentro do Rio Grande – tal como no nordeste -, pois as reais oposições a vencer estão fora da região. Expurga-se o conflito, criando o “inimigo externo”.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Sabe-se, no entanto, que só a força de um milagre monumental poderia fazer as relações de dominação e subordinação estrutural entre Estados e os setores ditos civis, tomarem formas diferentes das que assumiram ao longo do seu desenvolvimento histórico, isto é, o Estado colocado a serviço de determinada ordem social estabelecida, favorecendo aos setores que dominam suas estruturas. Portanto, seria absurdo até mesmo sugerir que das determinações internas estruturais, praticamente inalteráveis, desse sistema pudessem surgir e se solidificar relações que não fossem desiguais, ou seja, a ideologia usada pelas elites dominantes nos dois estados para regular seu relacionamento com a República, longe de ser inclusiva, é por sua natureza profundamente assimétrica, chega mesmo a ser iníqua, mas também, reconhecidamente eficiente para o seu desígnio, pois domina a partir de um “consenso”, ao invés da imposição cruel com mecanismos de força física (usada apenas em ocasiões especiais).

Mesmo sabendo que essa modalidade de dominação invisível ou não visível, também carrega seu grau de crueldade por seus efeitos perversos e que não deixa de exercer violência psicológica, ela parece e aparece nas suas formas possíveis de percepção e apreensão, como sendo menos maléfica do que a violência visível ou até mesmo a disfarça quando, por exemplo, a polícia comandada pelo Estado executa uma ação de despejo ou reintegração de posse de uma área ou propriedade privada em nome do direito e, principalmente, da manutenção da ordem. Ordem que foi constituída “teoricamente” por todos e para todos, portanto, legítima e legal.

Essa fascinante representação da estrutura do dispositivo legal também opera no nível das relações Estados – União. Porém, nesse campo os contendores são mais sofisticados e o mero discurso raramente convence ou emociona os interlocutores, então surge a necessidade de remontar as bases de apoio para lhes dar substância. Nesse caso a recorrência, o apelo a um passado heróico, o orgulho de ser isto ou aquilo, ou a convocação de um passado histórico de lutas, unidade, diferenças com relação aos outros, etc., torna-se necessário para fortalecer as



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MACIEL, Maria Eunice. **Os Tipos Característicos. Região e estereótipos regionais**. In. Humanas, Porto Alegre, 1995. v. 18, n.1/2.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Região e Nação: as releituras do Brasil em tempo de Democracia**. In. Humanas, Porto Alegre, 1995. v. 18, n.1/2.

REVISTA GALVEZ. Publicada pela Sec. de Cultura do Gov. do Estado do Acre. Nº 01 a 12, 2002 a 2004.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800 - 1920**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.

SOUZA, Susana Bleil. **Identidade e Nacionalismo no Processo de Integração da Fronteira Uruguaia no Final do Século XIX**. In. Humanas, Porto Alegre, 1995. v. 18, n.12.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979. vol. I e II.